



SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 011/2022, QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS – SJDH E A INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL BENEFICENTE CONCEIÇÃO MACEDO - IBCM.

O **ESTADO DA BAHIA**, através da **SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SJDH**, com sede na Av. Luiz Viana Filho, 3ª Avenida, nº 390, Centro Administrativo da Bahia, nesta Capital, inscrita no CNPJ/MF sob nº 49.238.316/0001-05, neste ato representada pelo seu Secretário, Sr. **FELIPE DA SILVA FREITAS**, portador do RG nº 970604610 e inscrito no CPF sob nº 027.583.955-92, designado através do Decreto Governamental nº 21.863, publicado no DOE em 01/01/2023 e, devidamente autorizado, através do Decreto Governamental s/nº, publicado no DOE em 04.01.2023 e a **INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL BENEFICENTE CONCEIÇÃO MACEDO - IBCM**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.584.568/0001-05, com sede à Rua Santa Clara do Desterro, nº 85, Nazaré, Salvador – Bahia – CEP – 40040-450, Telefone: (71) 3034-6304, Endereço eletrônico (e-mail): ibcm33@terra.com.br, com Estatuto atual arquivado no 1º Ofício do Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Salvador/BA, neste ato representada pela sua Presidente, Sra. **MARIA CONCEIÇÃO MACEDO**, portadora da CI nº 00.742.540-65 – SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob nº 095.757.315-49, residente à ladeira dos Barris, nº 4A, no Abrigo Maria Mariana Magalhães, nesta Capital, em conjunto denominados **PARCEIROS** e separadamente **ESTADO** e a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, respectivamente, tendo em vista o constante no Processo SEI n.º 082.1745.2023.0000722-09, resolve celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014 – Art. 30, incisos I e III, alterada pela Lei nº 13.204/2015, sujeitando-se, no que couber, às demais disposições desta Lei e do Decreto Estadual nº 17.091/2016, e suas alterações, da Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, Portaria Interministerial nº 1.149 de 9 de abril de 2021, Decreto nº 6.231, de 11 de outubro, de 2007, Resolução nº 107/2018 TCE/BA, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Instrumento, proceder a alteração do Termo de Colaboração nº 011/2022, publicado em 06 de Dezembro de 2022, para a execução do “**Programa Estadual de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no Estado da Bahia - PPCAAM por meio do Programa 300 – Assistência Social e Garantia de Direitos**”, visando preservar a vida de crianças e adolescentes que estejam ameaçados de morte no Estado da Bahia, estendendo excepcionalmente, a outros estados da Federação, garantindo na medida do possível os vínculos familiares e afetivos, bem como a inserção social segura, a fim de proceder à substituição da Secretária de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS, extinta pelo artigo 2º da Lei nº 14.521/2022, pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SJDH.



SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

CLÁUSULA SEGUNDA

A dotação orçamentária pela qual correrão as despesas do contrato ora aditado segue assim especificada:

Órgão/Secretaria: 38 - Secretaria de Justiça Direitos Humanos - SJDH

Unidade Orçamentária: 38.101 – APG

Unidade Gestora: 0003

Função: 14

Subfunção: 422

Programa: 300

Atividade: 2505

Território/Região: 9900

Natureza da Despesa: 3.3.50.41.00

Destinação de Recursos (Fonte): 1.500.0.100.000000.00.00.00, 1.761.0.128.000000.00.00.00
1.700.0.131.101727.00.00.00

Tipo de recurso (normal): 1

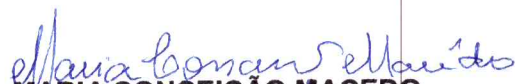
CLAUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem em vigor todas as demais cláusulas que não conflitem com o presente termo.

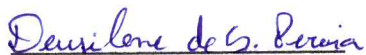
E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em (03) três vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos

Salvador, de de 2023.


FELIPE DA SILVA FREITAS
Secretário da SJDH


MARIA CONCEIÇÃO MACEDO
Representante da Entidade

Testemunhas:


CPF: 002.707.815-95


CPF: 838.731.785-68

Declaro que o extrato do aditivo foi publicado
no D.O.E. de __/__/__.

(nome, cargo e matrícula do declarante)